



# Anais da Assembléia

Nº 011

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado, RENATO GUIMARAES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB – 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 08:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 10:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 02:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO – 02:** Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio – Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (•) SUPLENTEs no exercício do mandato de Deputado.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 8.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados Júlio Bifon e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Doutor Rosinha, José Alves, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini e Ovídio Constantino (06). Em licença o Senhor Deputado José Artur Ritti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 012/94, de nossa autoria, constante da Ordem do Dia de hoje, item 09, que revoga a Lei n.<sup>o</sup> 10.681/93 de 20 de dezembro de 1993.

Sala das Sessões, em 02.03.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.<sup>o</sup> do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 240

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 425/93.

Sala das Sessões, em 02.03.94.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 111/93, de minha autoria, que institui o Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná e dá outras providências por dez sessões.

Sala das Sessões, em 02.03.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 082/93, de minha autoria, que dispõe sobre a adequação dos veículos de transporte coletivo intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física, por dez sessões.

Sala das Sessões, em 02.03.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 449/93, da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 02.03.94.

(a) PAULO MAIA

## REQUERIMENTO N° 253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 02.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REQUERIMENTO N° 236

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado votos de pesar à família do Senhor José Pereira Alves, comerciante no Município de Alto Piquiri, pelo seu falecimento ocorrido na data de hoje em Alto Piquiri.

Requer outrossim, da decisão desta Casa, que se dê ciência à Senhora Aparecida Cavalero Alves, e aos demais familiares à Av. Brasil, 1.230 - Alto Piquiri - Paraná - CEP 87.580-000.

Sala das Sessões, em 02.03.94

(a) NILTON BARBOSA

## REQUERIMENTO N° 242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Ademar Moraes, que sempre lutou em prol da comunidade riomafrense.

Da decisão desta Casa, solicita seja dado conhecimento à família do mesmo à rua XV de Novembro 483, Rio Negro/PR.

Sala das Sessões, em 02.03.94

(a) ALCEU SWAROWSKI

## JUSTIFICATIVA:

Ademar Moraes, médico radicado na cidade de Rio Negro, onde exerceu com dignidade e competência a sua árdua missão, deixou o convívio de seus familiares e amigos, abrindo-se uma lacuna difícil de ser preenchida em nosso meio.

## REQUERIMENTO N° 245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar, pelo falecimento da Senhora Ciroba Tarzina Tozeto Vieira, ocorrido no dia 01 de março do corrente ano, no Município de Antonina-PR.

Sala das Sessões, em 02.03.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

## REQUERIMENTO N° 258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria do Rocio Souza, ocorrido no dia 01 de março do corrente ano, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.03.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

## Projetos de Lei:

## PROJETO DE LEI N° 044/94

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam obrigadas, as empresas produtoras de bebidas alcoólicas do Estado do Paraná, a inserir nas embalagens e nos materiais de promoção e divulgação de seus produtos, mensagens de alerta ao consumidor sobre os riscos provocados por estes à saúde, nos termos desta lei.

Parágrafo Único - Entende-se por bebida alcoólica, aquela com dosagem de álcool superior a dois graus.

Art. 2° - As mensagens de alerta devem ser escritas ou faladas, conforme os casos previstos no artigo 1°, tendo como frase básica "beber é prejudicial à saúde".

Art. 3° - As dimensões, o tempo de veiculação, e as demais ações regulamentadoras da presente lei, serão definidas pelo Governo do Estado do Paraná no prazo de noventa dias.

Art. 4° - As empresas produtoras de bebidas alcoólicas do Estado do Paraná, sujeitas a esta Lei, tem prazo de sessenta dias após a regulamentação prevista no artigo 3°, para se enquadrarem às suas disposições.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## JUSTIFICATIVA:

Os evidentes prejuízos causados à saúde, e os sérios riscos à vida gerados pelo uso abusivo do álcool, são mais que suficientes para justificar, restringir e desestimular o consumo de bebidas alcoólicas e outros derivados.

O álcool constantemente associado a milhares de acidentes de trânsito e a centenas de assassinatos. Assim, muitos lares são destruídos pela bebida alcoólica. O problema se agrava quando identificamos as empresas produtoras de bebidas alcoólicas se utilizando da propaganda como uma de

suas principais estratégias para ampliar as vendas, sem realizar efetivamente o alerta necessário sobre os riscos de seus produtos.

É preciso alertar a população sobre a violência que a bebida alcoólica está gerando não somente em nosso Estado, mas em todo o nosso País.

Pela relevância do tema, e pelos benefícios que oferece à comunidade, contamos com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação desta nossa proposição.

PROJETO DE LEI N° 046/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Criança Feliz, no Município de Brasilândia do Sul.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.94.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A Entidade presta serviços de apoio à assistência à infância e às famílias carentes do Município de Brasilândia do Sul, com atividades que vão desde a alimentação, higiene, pinturas, utilizando-se de todos os recursos disponíveis para uma integração sócio-econômica entre os menores, sua família e a comunidade, o que os levará a uma orientação técnica adequada para a profissionalização de cada membro e integrar-se.

PROJETO DE LEI N° 047/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo de Estudo para o Desenvolvimento e Tratamento Odontológico ao Excepcional de Londrina - GETEXCEL, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.94.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de Utilidade Pública o Grupo de Estudo para o Desenvolvimento e Tratamento Odontológico ao Excepcional de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina, neste Estado.

Entidade sem fins lucrativos, que tem como principais finalidades dar ao excepcional o tratamento odontológico, promover a sua reintegração social e familiar e di-

vulgar informações dos trabalhos realizados através de atividades científicas.

PROJETO DE LEI N° 048/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Quatiguá, Estado do Paraná, mantenedora da Escola Especial São Lucas.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 20 de junho de 1992, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Quatiguá, mantém a Escola Especial São Lucas, para atendimento da criança excepcional do município e região.

Visto que hoje, as entidades de cunho social somente recebem subsídios dos órgãos governamentais, desde que estejam devidamente registradas junto à Secretaria do Trabalho e da Ação Social, mas para tanto exige-se que seja declarada de Utilidade Pública.

Portanto, pedimos aos nobres Pares com assento neste Poder Legislativo, o apoio para aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 049/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Governo do Estado firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, a fim de construir um viaduto sobre a BR-116, altura da Rua Osmar Raimundo Pichetti, ligando a Vila São Pedro à Vila Ipiranga, no Bairro do Xaxim.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.94.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Faz-se urgente a construção da referida trincheira sobre a BR-116, altura da Rua Osmar Raimundo Pichetti, pois ligará a Vila São Pedro à Vila Ipiranga, no Bairro do Xaxim, evitando assim os bárbaros atropelamentos que vitimam diariamente inúmeras pessoas. Esta é, aliás, uma antiga reivindicação daquelas comunidades.

Sob a proteção de Deus o Sr. Presidente declara aberta a presente Sessão.

É lida e aprovada a Ata. Não há expediente a ser lido. Passa-se ao Pequeno Expediente. Com a palavra, o Sr. Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Através do Decreto nº 2.528 de S. Exa. o Governador do Estado, este mais humilde dos Parlamentares desta Casa, por indicação desta Presidência faz parte da Comissão Constitucional dos festejos do centenário da Revolução Federalista de 1893 e 1894. Ao lado da Coordenadora e Presidente Professora Gilda Poli e do emérito Desembargador Jorge Andrigheto.

Várias reuniões se fizeram com aquela Comissão, e se constituiu também, uma sub-Comissão de honra onde participam personalidades de todos os municípios por onde passaram as frotas Maragatas e Pica-Paus. Convencionou-se que o mês de maio será o mês das comemorações de âmbito estadual, começando dia 25 de maio com uma Sessão Solene de abertura aqui na Capital do Estado com a primeira conferência e a primeira Mesa Redonda. No dia 26, numa quinta-feira, a segunda Mesa Redonda às 09:00 horas, a terceira Mesa Redonda às 14:00 horas, e às 17:00 a 2.ª Conferência. No dia 27 às 09:00 horas a quarta Mesa Redonda, às 14:00 horas a quinta Mesa Redonda, às 17:00 horas a 3.ª Conferência, às 18:00 horas Sessão Solene de encerramento, e no sábado, no dia 28 de maio às 9:00 horas terá início a visita à Cidade da Lapa.

Os temas que serão debatidos com diferentes lideranças de toda população destas Cidades diretamente interessadas: O Ecldir da Revolução; Ideologia da Revolução; Idéias Políticas; Sentos, Contra-Sentos e a Historiografia; a Resistência da Lapa na estratégia e também na dinâmica da Revolução; o Governo revolucionário do Desterro, hoje Florianópolis; Aspirações; Contingências; Revoltados; Separatismos; A República e a Revolução. Papéis, acordos, transações, custos. O Povo e a Revolução: mentalidade, cotidianos, homens e mulheres, grupos familiares.

Senhor Presidente, o barulho, a zoeira que se levanta contra a URV e o plano de Fernando Henrique Cardoso, hoje plano de todos os segmentos da sociedade brasileira nessa cruzada de salvação nacional, ao nosso ver, não tem nenhuma procedência.

Senhor Presidente, continuamos a falar no Horário da Liderança do PSDB.

Se razão houvesse, seria mais aparente do que real. Claro que todos nós queremos que os salários não fiquem defasados e que acompanhem essa ciranda dos preços de muitos gananciosos neste País.

Mas qualquer julgamento ainda é prematuro nas poucas horas de sua implementação. É como se fôssemos julgar uma administração pública nos primeiros dias de governo. É como se diria hoje que é mais uma zoadada ou uma fantasia dos malabarismos políticos num ano eleitoral onde os ataques mais frontais se circunscrevem àqueles presidenciais.

Mas a campanha não é apenas uma cruzada de um Governo Federal e o Ministro da Fazenda; é uma cruzada dos cento e cinquenta milhões de brasileiros que foram ouvidos sim nos debates democráticos com a participação de todas as lideranças do Congresso. E hoje qualquer plano de Fernando Henrique Cardoso não é apenas um plano do Congresso Nacional, mas de todo o povo brasileiro; é o rosto, é a radiografia, é a cara do Brasil! E nós aplaudiríamos, ufanosamente, todos quantos apresentassem um plano melhor, um milagre para a solução da crise brasileira. Mas o plano que aí está é apenas este. Cabe-nos, portanto, clamar pela união de todos para que, em nome do Brasil, façamos com que ele dê certo.

Mas, Senhor Presidente, falando-se em coesão e em unidade nacional e dando cumprimento em mais uma etapa da nossa missão que, modestamente, com muita honra, este Parlamento nos outorgou para representá-lo nos debates sobre a Revolução Federalista no seu centenário, queremos requerer a esta Casa uma sugestão aos Deputados Federais e Senadores da Bancada do Paraná para que apresentem um projeto de lei outorgando o título de Patrono da Unidade Nacional sob a República ao herói econômico, ao grande General Carneiro que chumbou o seu destino a cidade mártir da Lapa. Com a seguinte justificativa:

Em 09 de fevereiro de 1894 tomba o General Antônio Ernesto Gomes de Carneiro no Cerco da Lapa, é portanto a data símbolo das comemorações do Centenário da Revolução Federalista de 1893/1894, pois se a Lapa decidiu a sorte do movimento, salvando a República, Carneiro chumbou o seu destino a Cidade Mártir.

E nada melhor que o Professor, o Sociólogo, o político de Scol, o grande estadista, ex-Governador, ex-Ministro Bento Munhoz da Rocha Neto, para mostrar-nos, Srs. Deputados, como o homem pode ser superior a si mesmo e numa sessão memorável de 18.11.46, Bento que foi Constituinte, na Câmara dos Deputados...

O Sr. Domingos Carvalho - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado, quero aqui compartilhar com o seu pronunciamento, hoje analisando dois aspectos importantes para nós,

primeiro tratando-se da Revolução Federalista e segundo sobre o Plano Econômico, o qual estamos agora vivendo, que é o Plano FHC que se fala mais na URV.

Não tenho a menor dúvida que essa Comissão que trata do assunto da Revolução Federalista é muito importante, porque acredito deve estudar todas as causas que levaram àquela Revolução.

Parece ser passado, parece ser nostalgia, mas aquela revolução ela tem reflexo até hoje na vida nacional e muitos daqueles que participavam, por exemplo, do lado dos Maragatos, a maioria era monarquista, mas muitos já pensavam também numa república federativa com autonomia dos Estados. Não sabemos o que seria do Brasil se aquela revolução tivesse êxito através da vitória dos Maragatos, mas não há a menor dúvida que não estavam preocupados com a situação já naquela época dos Estados do Sul, principalmente o Rio Grande que é um Estado praticamente quase autônomo, mas não tinha isso garantido pela Constituição e lutava por ela.

Sabemos hoje que um dos grandes problemas do Brasil é a falta de autonomia dos Estados e quanto ao plano econômico que V. Exa. expôs algumas idéias, é claro que não somos contra esse plano, mas temos algumas dúvidas do seu êxito mas esperamos que ele dê certo, porque o brasileiro já está candidato, principalmente as classes trabalhadoras, embora não seja do partido do Ministro Fernando Henrique Cardoso, mas estamos dando todo nosso apoio para que esse plano leve a bons resultados o povo brasileiro.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - As suas lições enriqueceram e muito, Deputado Domingos Carvalho, o nosso pronunciamento. V. Exa. que representa Castro, nesta Castro, justamente a Cidade que foi sede do Governo do Estado do Paraná quando as tropas legalistas e o Senhor Presidente do Estado de então misteriosamente se retiraram da Capital, Curitiba, para Castro, lá instalando oficialmente a sede do Governo e deixando toda a população civil de Curitiba a braços com as forças revolucionárias.

E queremos, também, dizer que realmente todos nós estamos preocupados com o plano de Fernando Henrique Cardoso, o Plano do Governo Federal, mas que ainda no nosso modo de ver o seu julgamento é totalmente prematuro. Deve-se aguardar a evolução dos acontecimentos, pelo menos nos próximos 30 dias, para vermos da possibilidade do alinhamento dos preços no mercado e as primeiras conquistas da estabilização da economia. Por ora, no nosso modo de ver, Srs. Deputados, apenas existe no horizonte o "bater zoada", como diria um amigo meu do interior de Minas Gerais,

palpites e conversa fiada.

Mas, prosseguindo, dizia o grande Bento Munhoz da Rocha Neto: "foi Carneiro o monarquista um dos grandes Generais da República, mineiro do Serro e paranaense da Lapa".

(Lê):

"Chegando ao meio de seu pronunciamento, - todo o Plenário atento à sua erudição e eloquência - nos dá o perfil, o poderoso retrato do homenageado.

"Carneiro tinha as suas razões de fidelidade ao império e não as modificou diante da revolução vitoriosa. Nem se amarrou ao carro das adesões improvisadas. Mas a sua lealdade, a sua consciência do dever, levou-o ao sacrifício pela República, quando era preciso conservar o que estava feito, poupando ao Brasil o preço de novas experiências.

Confirmou a profecia de Floriano de que "se algum dia perigar a República, será nas mãos dele que se há de salvar". Servira ao Brasil no Paraguai, sob o regime monárquico, quando este se identificava com a Nação. Iria servir ao Brasil, sob o regime republicano, na luta interna que o consolidou.

Foi nele que Floriano, descobridor de homens e dedicações, encontrou o chefe da resistência da Lapa, que representou, de maneira eficiente, o seu papel tático de vanguarda, retardando e dificultando o avanço inimigo para que o forte das tropas legais operasse a sua manobra.

A Revolução Federalista de 1893 veio derramar o sangue que a Proclamação da República tinha poupado, operando um movimento grande demais para ser realizado pacificamente.

A Revolução de 1893 atingiu o meu estado, no cerne de sua gente. Separou os paranaenses em grupos inimigos a odiarem-se de morte. Foi tão fundo que, ainda hoje, passado meio século da luta fratricida, quando se processa no meu estado alguma recomposição política, é ainda comum que ressurgam as velhas quizilias entre pica-paus e maragatos, a determinar afinidades e incompatibilidades ancestrais, que já não podem caber neste nosso tempo definido por afinidades e incompatibilidades de nova espécie.

Mas todos os pica-paus e maragatos, são unânimes no culto ao herói que cai em 9 de fevereiro de 1894, no Cerco da Lapa, cumprindo o seu dever.

São unânimes em reconhecer o valor dos homens que Carneiro comandou e a que comunicava a sua paixão.

Em 26 dias de sítio, Carneiro não comandou apenas militares, mas toda uma população desesperada que se batia, exausta, contra forças imensamente superiores, e que se batia pelo dever de bater-se, de

cumprir o prometido, de sustentar até o fim, até as últimas consequências, até a exaustão, o partido que tomara.

O Cerco da Lapa, marco lendário da história republicana, ficou, a meu ver, como uma redenção de nossas fragilidades a aceitar os acontecimentos passivamente, desde que a resistência fosse sem esperança de sucesso. Foi uma resistência que é um exemplo notável para nossa época, em que o oportunismo é a medida de todas as coisas, a medida é o mérito exclusivo de que se vangloriam os nossos golpistas, orgulhosos dos seus feios golpes.

Aquela gente que resistiu na Lapa até o último sacrifício via em Carneiro, mais do que o simples chefe ocasional. Via o homem que inspirava e animava com sua concepção intransigente do dever, comunicando aos outros a coragem de morrer pelo seu cumprimento".

Carneiro foi fiel a si mesmo, à Lapa, ao Paraná e ao Brasil. Grande lição de vida!

Vida em holocausto aos ideais de uma Pátria una e indissolúvel.

Quando se esboçam movimentos de sucessão, de separatismos seu exemplo é ainda maior e atual.

Nada mais justo, portanto, de se lhe homenagear com a outorga de Patrono da Unidade Nacional, no regime republicano.

Muito obrigado Srs. Deputados.

O SR. TOTI COLAÇO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Pela ordem, Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de deixar registrado nos Anais da Casa a presença do ex-Prefeito de Corumbataí do Sul, e hoje Chefe do Conselho de Saúde de Campo Mourão, nosso grande companheiro e amigo Jair Cândido de Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças:

PL. (Declina).

PDT. Luiz Carlos Martins com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Os trabalhadores do Paraná, a classe trabalhadora do Paraná amanheceu perguntando hoje aonde é que está o trabalhador, o líder trabalhista Bento Meneghini? Aonde é que foi parar o Bento Meneghini?

E gostaria, neste momento, que o som

interno desta Assembléia, deste Plenário fosse estendido até o Palácio Iguazu para que os assessores do Governador, - Governador que se encontra fora do Paraná, - ouvissem com atenção esta pergunta que é feita pela classe trabalhadora do Paraná: aonde é que está o Bento Meneghini? O que é que fizeram com o Bento Meneghini?

Esta pergunta já foi feita dentro do Palácio Iguazu e até agora as autoridades policiais não responderam. Pelo contrário, elas não têm se empenhado em descobrir aonde está o Bento Meneghini, um cidadão honrado, pai de família, trabalhador e líder sindical. E a pergunta é esta: por que o Governo não se empenha em descobrir aonde é que está o líder sindical Bento Meneghini? Por que não está havendo interesse em descobrir aonde está esse líder? O que é que fizeram com o Bento Meneghini? O Bento Meneghini é o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Ladrilhos, Hidráulica e Artefatos de cimento.

Estas indústrias utilizam uma matéria prima que já está sendo substituída e já foi substituída nos países mais adiantados do mundo. Esta matéria prima, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o amianto. O amianto que usamos em casa, o amianto que usamos no nosso carro, porque no freio do carro é utilizado o amianto. A caixa d'água é feita com amianto. A telha de Eternit é feita com amianto e outros tantos e tantos produtos.

Só, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o amianto provoca câncer nos trabalhadores. O amianto traz a doença mental e fatal para a residência e para os lares dos trabalhadores neste setor.

Diante deste problema todo, quando o mundo desenvolvido já discutiu e encontrou o substituto para o amianto, o Brasil em passos lentos não quer, não deseja, o monopólio não deseja a substituição do amianto.

Diante das dificuldades foi elaborado e foi arquitetado um Seminário em Curitiba com início hoje, na Universidade Popular do Trabalho, para se discutir o substituto do amianto, a substituição do amianto, tudo organizado, engenheiros, químicos vindos de várias partes do Brasil, lideranças sindicais, vindas de todas as partes do Brasil para Curitiba, e eis que de repente, dois dias antes do início do Seminário que foi organizado, coordenado por esse líder, eis que ele desaparece, na noite de segunda-feira, ele desaparece e no carro em que ele se encontrava - uma kombi, deixada nos arredores da Cidade Industrial de Curitiba, próximo a Araucária. Esta kombi com o vidro quebrado os documentos dele encontrados, o talão de cheques encontrado. Só não foi encontrada a agenda do Ben-



to Meneghini e o Bento desapareceu. E a polícia do Paraná tem ido com muita calma em busca do Bento. E outros líderes sindicais receberam ameaças na noite de ontem e madrugada de hoje. É claro, não estamos aqui acusando ninguém. O que é que estaria atrás do desaparecimento do líder sindical Bento Meneghini? A quem não interessava esse Seminário para discutir a substituição do amianto? Que provoca câncer, que leva desgraça para os lares dos trabalhadores. Desgraça que já existe demais, começando pelo salário.

Portanto, Sr. Presidente, solicito à Direção desta Casa, à Mesa Diretora desta Casa que solicite, que determine acima de tudo, em cima das prerrogativas que temos, um empenho maior por parte do Governo do Estado. E faço um apelo ao Governador Roberto Requião para que ele determine à polícia um empenho maior na busca e no encontro deste líder sindical Bento Meneghini. Vamos aguardar. Estamos imaginando uma série de coisas. Estamos imaginando. É preciso mudar este País. Este País não pode continuar sendo de grupos. Este País tem que ser da maioria, do povo. E aí estamos vendo o interesse, o interesse de alguns grupos. Queremos a resposta e a polícia do Paraná tem que nos dar essa resposta: onde é que está o Bento Meneghini?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Horário do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente quero registrar aqui, no Plenário, a presença das seguintes autoridades da nossa Região: Cezar Bovino, Prefeito de Rio Bonito do Iguçu; Sr. Carlinhos, Vereador de Laranjeiras do Sul; Luiz Pereira, Vereador de Ibema; Airtton Terra, Secretário da Prefeitura de Canduvas e o Prefeito de Santa Lúcia.

Mas o que me traz hoje, Sr. Presidente, à tribuna, é a satisfação de registrar o trabalho forte desenvolvido pelo Conselho Estadual da Juventude do Estado do Paraná. A Juventude do Estado do Paraná congregada no Conselho Estadual desenvolve um trabalho fantástico no sentido de propiciar à nossa juventude brasileira que reside no Paraná, uma conscientização maior, a fim de que possa enfrentar a vida no dia a dia. Inspirado na sensibilidade política, na consciência social e na percepção racional dos jovens a Juventude do Paraná está a organizar o Fórum Global da Juventude, que tem a sua origem formal e institucional fincada nos princípios da Carta do Rio e nos Preceitos da Agenda 21 da Juventude Conferência Rio 92, ratificada pelas Nações ou Estados signatários.

Sua legitimidade, além de concernente ao exercício da cidadania plena em nível nacional e internacional, reflete os conceitos e definições do pensamento humanístico.

O objetivo do Fórum, Senhor Presidente, é reunir os representantes dos jovens de todo o mundo para avaliação dos princípios estabelecidos na agenda 21 da juventude e elaboração de um documento contendo um plano de ações efetivas para a juventude pelo desenvolvimento sustentável.

O Fórum desenvolverá resultados práticos que serão viabilizados através da implementação de ações permanentes e formulações de novas opções integradas, obtidas a partir de troca de esperanças nos diversos países participantes na área social, tecnológica e ambiental.

O Fórum será realizado em Curitiba. O Fórum do Sul do Brasil, entre os dias 15 e 17 de abril do ano de 1994. O Fórum Regional Sul será coordenado pelo Conselho Estadual da Juventude, com o apoio do Governo do Estado e participação das organizações não governamentais e entidades jovens relacionadas com as questões ambientais.

Para que possamos fazer uma ampla mobilização e atingirmos os objetivos propostos, solicita-se que todos nós, políticos representantes da comunidade, possamos dar o nosso apoio à juventude paranaense, que busca caminhar os caminhos da idéia, alcançar objetivos que possam engrandecer e fazer com que a nossa juventude cresça enfrentando os problemas e vendo a sua participação.

Por isso é que, Senhor Presidente, solicitamos o apoio de todos os Deputados com assento nesta Casa de Leis para que contribuam com o Conselho Estadual da Juventude, formado por todos os segmentos ideológicos do Paraná, por todos os segmentos sociais e que fazem um trabalho que merece o nosso aplauso e a nossa admiração, uma vez que o Conselho Estadual da Juventude do Paraná, desde a sua fundação de 1987, tem propiciado ao nosso jovem uma grande contribuição.

Por isso, como Deputado Estadual, membro do Conselho Estadual da Juventude que fui, secretário geral e presidente daquele Conselho interinamente, tenho o dever e a obrigação não só de divulgar este evento que a juventude do Paraná propicia para o sul do Brasil, para o Brasil e para o mundo, mas também, no sentido de apoiar integralmente a ação da juventude paranaense que dá uma demonstração clara do seu desenvolvimento e da sua vontade de cada vez mais se firmar para enfrentar este País que precisa de jovens que cresçam e sejam perseverantes.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra

o PTB.

(Declina)

PFL.

(Declina)

PP.

(Declina)

PT.

(Declina)

Encerrado o horário do expediente, passaremos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante de expediente, solicitando preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n° 012/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 012/94; de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que revoga a Lei n° 10.681/93 de 20 de dezembro de 1993 (Município de Santa Lúcia). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 04 de 17.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 012/94

Propôs o autor revogação da Lei n° 10.681, de 20 de dezembro de 1993. (Município de Santa Lúcia).

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
DALTON MACHUCA - Relator

Passaremos ao restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

A votação dos Vetos, item n°s 01, 02 e 03, serão votados em bloco, segundo aprovação dos Srs. Deputados.

#### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 085/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 359/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica. **COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/DTL/SAT n° 360/93

Curitiba, 11 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 363/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 359/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício.

(O Proj. de Lei n° 359/93, encontra-se publicado no D.A. n° 102/93, de 02.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO N° 085/93

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices a normal tramitação da proposição de veto n° 085/93

aposto ao Projeto de Lei n° 359/93 de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

# ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 087/93. Veto apostado ao Projeto de Lei n° 419/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Jussara ao Município de Terra Boa. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 362/93

Curitiba, 11.11.93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 340/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 419/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

(O Projeto de Lei n° 419/93, encontra-se publicado no D.A. n° 111/93, de 17.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO N° 087/93 (VETO GOVERNAMENTAL)  
PROJETO DE LEI N° 419/93

P A R E C E R:

Em análise da Proposição n° 087/93 - Veto Governamental, em que o Executivo Estadual veta Projeto de Lei n° 419/93 de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, esta relatoria procedeu vistoria quanto ao cumprimento dos prazos constitucionais e não encontrando nada que obste sua tramitação, somos de parecer favorável a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 090/93, VETO apostado ao Projeto de Lei n° 417/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Patrocínio. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 364/93

Curitiba, 11 de novembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 339/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 417/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

(O Projeto de Lei n° 417/93 encontra-se publicado no D.A. n° 111/93, de 17.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 090/93

VETO AO PROJETO DE LEI N° 417/93

P A R E C E R:

A presente proposição veta projeto que visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Patrocínio.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente proposição, encontra-se a mesma dentro dos prazos e procedimentos exigidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

Convido o Deputado Júlio Bifon para fazer a chamada nominal dos Senhores Deputados. Anteriormente, gostaria de informar aos Senhores Deputados que os que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão manifestar-se votando com a cédula que contém a expressão "Sim", os contrários à

manutenção do Veto deverão se manifestar utilizando para votar as cédulas que contém a expressão "Não". Feita a sua opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula na sobre-carta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a Mesa.

O SR. JÚLIO BIFON (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - 31 Deputados votaram.

Designo a Comissão composta pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese, Oswaldo Trevisan e Valderi Vilela, para apuração de votos.

A Mesa comunica aos Senhores Deputados que logo após a sessão, o Presidente da Associação Médica do Paraná, Doutor José Fernando Macedo falará aos Senhores Deputados sobre a grave crise no setor de saúde do Brasil com os cortes que o Governo Federal pretende fazer no orçamento do Ministério da Saúde e para isso convocamos os Senhores Deputados para permanecerem em Plenário após a sessão.

Registramos a presença do Prefeito de Jaguariaíva, José da Silva Reis, neste Plenário.

20 Deputados votaram pela manutenção.

11 Deputados votaram pela rejeição.

**Estão mantidos os vetos.**

#### ITEM 04

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 082/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que dispõe sobre a adequação dos veículos de transporte coletivo intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 082/93.

#### ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 111/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que institui o Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A..

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por

10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 111/93.

#### ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 425/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que determina que as empresas de ônibus concessionárias ou permissionárias de linhas intermunicipais, no Estado do Paraná, mantenham a bordo de seus veículos, bebedouros ou filtros com água potável, copos descartáveis e banheiro, desde que o percurso da linha seja superior a 100 quilômetros. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P..

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 425/93.

#### ITEM 07

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 692/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo ceder em doação veículos ao Hospital Municipal Ana Fiorillo Menarin do Município de Castro. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 729/93, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Esportiva dos Servidores Municipais, com sede e foro no Município de Uraí. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Com a abstenção do meu voto, enquanto aguardo a resposta de uma Questão de Ordem levantada na sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A Mesa defere o pedido do Deputado Colombino Grassano.

#### ITEM 10

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 449/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que dispõe sobre a proibição às escolas particulares de impedirem o acesso de alunos em débito com as mensalidades e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEL DA C.E.C.E. e CONTRÁRIO DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 117, de 30.08.93).

## PROJETO DE LEI N° 449/93

P A R E C E R:

Trata-se de proposição do nobre Deputado Namir Piacentini que visa a proibição às escolas particulares de impedir o acesso de alunos em débito com mensalidades..." e "dá outras providências".

A proposição não diz, mas presume-se que o acesso seja às salas de aulas.

Em seu art. 2° estabelece regras que se referem a "execução judicial transitada em julgado", matéria de direito processual civil.

No parágrafo único deste artigo cria regras de direito penal e processual penal.

Temos pois que tais matérias, são privativas à União legislar conforme se vê do inciso I, do art. 22, da Constituição Federal.

No "caput" do art. 1° consta a expressão "no âmbito do Estado do Paraná" o que equivale dizer que torna-se obrigatório seu cumprimento em todo o território estadual.

Segundo o disposto no art. 24, inciso IX, compete a União e aos Estados legislar concorrentemente sobre educação.

Existindo normas gerais contidas em lei federal é vedado ao Estado legislar sobre essa matéria (art. 24, §§ 2°, 3° e 4°).

As normas gerais são fixadas na lei que estabeleceu o plano nacional de educação (art. 214, da Constituição Federal).

Consoante o que dispõe o art. 209, da referida Carta Federal, "o ensino é livre a iniciativa privada..." atendidas as condições previstas nas normas gerais.

Destarte é tecnicamente impossível ao Poder Público Estadual intervir na iniciativa privada impondo-lhe regras incompatíveis com as normas gerais da educação.

Além do mais, por se tratar de matéria de competência privativa da União, que é quem legisla sobre direitos e deveres individuais e coletivos, reveste-se a proposição em exame de irreversível inconstitucionalidade.

Somos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 449/93

AUTOR DEPUTADO NAMIR PIACENTINI

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe objetiva proibir as escolas particulares de impedir o acesso de alunos em débito com as mensalidades e dá outras providências. Ao assim dispor entendemos que cumpre ao princípio constitucional disposto no art. 205 da Carta Magna Federal e 177 da Estadual.

Os referidos dispositivos constitucionais são analisados pelo mestre constitucionalista José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo, 6.ª edição, 1990, pág. 703), sob a ótica dos princípios básicos do ensino, como uma consecução prática dos objetivos da educação (pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho) se realizando quando num sistema educacional democrático, em que a organização da educação formal (via escola) concretize o direito ao ensino, informando por princípios com eles coerentes, que, realmente foram acolhidos pela Constituição, como são: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, etc.

A verdade é que, se a Constituição estabeleceu que a educação é direito de todos e dever do Estado, significa que a elevou à condição de serviço público a ser prestado pelo Poder Público indiscriminadamente e, portanto, gratuitamente aos usuários, ficando seu custeio por conta das arrecadações gerais do Estado, como também entende o jurista José Afonso da Silva (pág. 706).

Ora, sendo assim entendido pelo renomado constitucionalista ao analisar nossa Lei maior, não cabe a iniciativa privada afrontar o disposto na Constituição. Há que se ter em mente, por outro lado, que mecanismos legais estão à disposição de qualquer credor para reaver seus direitos, para esse fim existe a justiça.

E certamente, quando a pretensão do credor for deferida por sentença judicial não será o menor a ressarcir os danos, mas o seu responsável. Logo, não pode ser o menor punido e impedido de exercer direito constitucional. Oportunamente, o projeto em questão também se refere ao impedimento de acesso somente ante sentença de execução judicial transitada em julgado. Além de constitucional, é um princípio basilar de Direito e tal inscrito em nosso Código Penal, que proíbe o exercício arbitrário das próprias razões, conforme disposto no art. 345.

Se tal não bastasse, ainda há o reconhecimento oficial de nosso Governo Federal quanto a matéria: quando em medidas provisórias altera a Lei 8.170 de 17 de janeiro de 1991, em seu art. 4°, "vedando a limitação ou restrição do exercício de atividades escolares e administrativas correlatas, por motivo de inadimplência do aluno, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis", segundo as de n° 349 de

10.09.92, convalidada por outras, sendo a última, a de n° 358 de 13.10.93, estando ainda prestes a ser editada outra Medida Provisória.

Assim, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei de n° 449/93.

Sala das Comissões, em 02.12.93

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

Em votação.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Entendemos que a educação é obrigação do Estado, do Governo Federal e do Município e que devem existir vagas para todos os alunos, em todas as escolas públicas do Município, Estado e País.

A questão da escola particular é uma empresa privada. Não consigo entender como é que podemos aqui nesta Casa aprovar um Projeto de Lei interferindo na administração de uma empresa privada.

Entendo que a C.C.J. tomou uma posição muito acertadamente quando deu o seu parecer contrário a essa questão da proibição da direção de um estabelecimento - seja lá qual for - de proibir o acesso a alguém que fez um contrato, ele firmou um contrato, ou tácito ou por ele escrito com esta empresa, que pode ser uma escola ou qualquer outra empresa.

Temo, Srs. Deputados e Sr. Presidente, que nós com esse Projeto possamos estar abrindo um precedente muito grande nesta Casa de Leis, não só em relação aos estabelecimentos de ensino particulares, mas em relação a outras empresas, pessoas jurídicas, de direito privado que temos em nosso Estado, em nosso País.

Não vejo a competência da Assembléia Legislativa de interferir na gerência administrativa de um estabelecimento particular. Gostaria até de escutar, ter o pronunciamento de outros colegas aqui desta Casa, escutar a opinião de outros companheiros. Senhor Presidente, entendo que o Deputado Namir Piacentini, com a melhor das intenções, acho que a atitude do Deputado Namir Piacentini está interferindo num problema da iniciativa privada.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, estamos entrando com requerimento solicitando a retirada deste Projeto por dez Sessões, visto inclusive o proponente não se encontrar neste Plenário. Estamos apresentando à Mesa nesse instante.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Para esclarecer aos Senhores Deputados, aos menos avisados, ou que não acompanharam na Comissão de Constituição e

Justiça, fui relator desse Projeto e opinei pela inconstitucionalidade da proposição do Senhor Deputado Namir Piacentini.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encontra-se na Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 449/93. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 449/93.

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 513/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a ceder às Associações de Moradores, módulos policiais que se encontrem desativados. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 127, de 21.09.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 513/93

P A R E C E R:

Trata-se de Projetos de Lei n° 513/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a ceder às Associações de Moradores, módulos policiais que se encontrem desativados.

Por ser proposição meramente autorizatória, nos estritos termos da competência desta Comissão, inexistente óbice constitucional, legal ou regimental à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI N° 513/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Martins, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a ceder às Associações de Moradores, módulos policiais que se encontrem desativados.

O presente já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão, nada há que obste a normal tramitação do presente, portanto, nestas condições, opinamos favoravelmente a posterior aprovação em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 513/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 513/93, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, visa autorizar o Poder Executivo a ceder às Associações de Moradores, os módulos policiais que se encontrem desativados, mediante convênio com o órgão competente.

O Projeto de Lei em análise, já recebeu pareceres favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Segurança Pública, estando inclusive com requerimento de regime de urgência aprovado na sessão plenária de 18 de novembro do corrente ano.

Da análise feita ao presente projeto de lei, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação, e emitimos o nosso parecer favorável, cabendo ao Plenário deste Poder Legislativo a decisão final.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 12

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 601/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que torna necessário o exame auditivo aos alunos de 1.ª a 4.ª série, da rede de Ensino Público Estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.S.P., C.E.C.E. e CONTRÁRIO da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 143, de 18.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 601/93

P A R E C E R:

Uma das mais importantes diretrizes envolvendo o Sistema de Saúde Nacional é o da descentralização, deslocando o poder decisório dos fatos e das pessoas, com redefinição das competências e das relações das três instâncias federativas.

No âmbito estadual a competência para a iniciativa da matéria versada no projeto é privativa do Poder Executivo segundo dispositivos constitucionais da Carta Estadual.

Como se isso não bastasse o projeto em questão não estabelece critérios sobre o montante dos recursos a serem utilizados, nem indica dotações orçamentárias que sirvam para tal finalidade e tão pouco salienta no Plano de Diretrizes Orçamentárias a possibilidade de transferência de recursos entre as instâncias do Governo Estadual.

Embora louvável em seu mérito, é de se ressaltar que o componente operacional do projeto exige recursos humanos e financeiros, instalações físicas, material e equipamentos e recursos gerenciais que não podem ser atribuídos simplesmente a Secretaria

Curitiba, quarta, em 02.03.94

ria de Estado da Educação e/ou a Secretaria de Estado da Saúde, como posto no Projeto.

Vê-se, pois, que o projeto em questão é manifestamente inconstitucional por vício de iniciativa.

É nosso parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 601/93

P A R E C E R:

A proposição supra, de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, torna necessário o exame auditivo aos alunos de 1.ª a 4.ª série, da rede pública estadual. Em que pese o disposto no art. 196 da Constituição Federal, preceituando que saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo medidas políticas sociais e econômicas, temos a considerar:

Com a implantação do Sistema Único de Saúde-SUS- está ocorrendo descentralizações de serviços na área, cabendo aos municípios a tarefa de gerenciar o sistema: logo o encaminhamento de crianças ou adultos para os atendimentos médicos especializados estão se viabilizando pelas respectivas unidades municipais de Saúde.

Por outro lado, é da responsabilidade das instituições educadoras encaminhar ao SUS os alunos que apresentam alguma deficiência. Portanto, entendemos não ser necessária uma lei para que as crianças tenham esse atendimento, já que a Constituição Federal prevê assistência à saúde, atendendo todos, indistintamente. Além de que trata-se de norma auto aplicável, não necessitando de regulamentação.

Todavia, nosso parecer é favorável a nobre iniciativa do parlamentar, visto possibilitar, melhor discussão da matéria e reafirmar a garantia de uma boa assistência a saúde dos educandos.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI N° 601/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame por esta Comissão Técnica, de autoria do ilustre Deputado Carlos Simões, versa sobre a necessidade do exame auditivo aos alunos de 1.ª a 4.ª série, da rede de ensino público estadual.

Em nossa análise, verificamos tratar-se de proposta de relevante interesse social, ressaltando a preocupação do autor com a assistência à saúde e ao aprendizado do menor estudante.

No âmbito desta Comissão, manifestamos

nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.93.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

JULIO BIFON - Relator

Em votação:

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Vossa Excelência vai colocar o parecer ou o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - O projeto.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Tem parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Por isso que eu estou pedindo aos Deputados que aprovam que se levantem. Está rejeitado o Projeto.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - Eu peço verificação de votação Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Srs. Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se.

Quatorze Srs. Deputados aprovam. Deputados que rejeitam o Projeto queiram levantar-se. Cinco Deputados rejeitam.

Não há quórum para votação, só para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, requerimentos n°s 245 e 248, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregoneze, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 242, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 236, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 239, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência comunica que logo a seguir fará uso da palavra o Dr. José Fernando Macedo, Presidente da Associação Médica do Paraná.

Antes, porém, esta Presidência faz chegar ao conhecimento dos Senhores Deputados o seguinte:

"A Mesa Diretora da Assembléia Legis-

lativa recebeu o Protocolo n° 9322 que se refere ao processo de denúncia da Associação dos Magistrados do Paraná, contra S.Exa. o Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva."

Conforme determina a lei o mesmo será encaminhado para publicação, em avulso, no Diário da Assembléia, com os respectivos Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Mesa Diretora deste Poder, para que possamos dar seqüência na tramitação que é estabelecida pela Lei.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 601/93.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 220/93.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 513/93 e 012/94.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 647, 708 e 731/93.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 026/94

I - exonerar, a pedido, DESIREÉ DO RÓCIO VIDAL FREGONESE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Presidência, a partir de 1° de janeiro de 1994;

II - prover, ANDRÉA CANDEU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Presidência, a partir de 1° de janeiro de 1994;

III - autorizar ANDRÉA CANDEU, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de janeiro de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 221)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.01.94.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 035/94

I - exonerar, a pedido, ALCEMIR ANTÔNIO CAPUTO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1° de fevereiro



de 1994.

II - prover, ALCEMIR ANTÔNIO CAPUTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - prover, SCHIRLEY SABADIN LARA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de fevereiro de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 036/94

I - exonerar, a pedido, LUIZA REGINA CAVALHEIRO FIORENZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de coordenadora da Coordenação de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - prover, SÔNIA DE PAULA CAVALHEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenação de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - autorizar SÔNIA DE PAULA CAVALHEIRO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de fevereiro de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 037/94

I - exonerar, a pedido, PEDRO VIEIRA CESAR, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - exonerar, a pedido, PÍNDARO PEREIRA BORBA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - prover, PÍNDARO PEREIRA BORBA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1994.

(Prot. n° 582).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 038/94

prover, VINÍCIUS COELHO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de janeiro de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 039/94

exonerar, a pedido, ANTÔNIO DALKE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Alceu Swarowski, a partir de 1º de fevereiro de 1994.

(Prot. n° 636).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 040/94

I - exonerar, a pedido, JULIANE NADALINE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - prover, CLÓVIS NEY GUIMARÃES ADUR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de fevereiro de 1994.

(Prot. n° 688).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 041/94

I - exonerar, a pedido, MARIA CRISTINA DE PAULA MULLER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 1994.

II - prover, MARIZETE TEREZINHA MARTINS LOUREIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 1994.

(Prot. n° 689).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.02.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 042/94

I - exonerar, a pedido, LEONI CUBIS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - prover, ZENI MARIA GURZINSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - exonerar, a pedido, MARLENE DA SILVA DE FREITAS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

IV - prover, CARLOS AFONSO NARDON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de fevereiro de 1994.

(Prots. n°s 811 e 812/94)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.02.94

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 043/94

I - exonerar, a pedido, JOÃO SANTANA PINTO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - exonerar, a pedido, WILSON JOEL LEAL GASINO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do P.P. - Partido Progressista, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - exonerar, a pedido, ADILES BERARDIN MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

IV - prover, ADILES BERARDIN MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do P.P. - Partido Progressista, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

V - prover, WILSON JOEL LEAL GASINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de fevereiro de 1994.  
(Prot. n° 824)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 044/94

I - exonerar, a pedido, ROSANI DO ROSÁRIO MOREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete Deputado Ovídio Constantino, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - exonerar, a pedido, JORGE ALBERTO SONDA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ovídio Constantino, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - prover, JORGE ALBERTO SONDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ovídio Constantino, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

IV - prover, MARCIANE PAGLIARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ovídio Constantino, a partir de 1º de fevereiro de 1994.  
(Prot. n° 839).

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 045/94

I - exonerar, a pedido, FLÁVIO BRAGA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - exonerar, a pedido, DONALDO PRIMO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - prover, DONALDO PRIMO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1994.

(Prot. n° 840)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 046/94

I - exonerar, a pedido, MARIA LUCIMAR GHERING, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - exonerar, a pedido, LUIZ FERNANDES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - exonerar, a pedido, MÁRCIA TEIXEIRA DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

IV - exonerar, a pedido, RICARDO AVON, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

V - exonerar, a pedido, ADAIR PERPÉtua GOMES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G,

do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

VI - prover, ADAIR PERPÉtua GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

VII - exonerar, a pedido, TÂNIA MARIA ALCÂNTARA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

VIII - exonerar, a pedido, VERI APARECIDA ALCÂNTARA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

IX - prover, VERI APARECIDA ALCÂNTARA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

X - exonerar, a pedido, MARCO ANTÔNIO DIAS DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

XI - prover, MARCO ANTONIO DIAS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

XII - prover, JOSÉ PEREIRA ARANTES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de fevereiro de 1994.

(Prots. n°s 847 e 848/94)

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.02.94

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 047/94

I - exonerar, a pedido, NÉRIO LAUREANO DIAS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - exonerar, a pedido, MARCELO LASPERG DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - exonerar, a pedido, CELSO ANTÔNIO BARSZCZ, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

IV - prover, RUHAN FABIANO LOBO TAVARES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

V - prover, CELSO ANTÔNIO BARSZCZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

VI - prover, MARCELO LASPERG DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, sím-

bolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

VII - autorizar MARCELO LASPERG DE ANDRADE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de fevereiro de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 870)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 048/94  
exonerar, a pedido, HELOÍSA COVOLAN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 1994.

(Prot. nº 874)

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.02.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 049/94

I - exonerar, a pedido, WILMAR SAUNER JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - exonerar, a pedido, EVANDRO JOECI BORGES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - prover, EVANDRO JOECI BORGES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 1994.

(Prot. nº 883)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 050/94

I - exonerar, a pedido, JOÃO BENTO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - prover, ÂNGELA MARIA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - autorizar ÂNGELA MARIA DA SILVA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de fevereiro de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 886)

Palácio "XIX de Dezembro", 10.02.94.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1º Secretário

DIRCEU MANFRINATO - 2º Secretário